

A encomenda de livros na Loja da Impressão Régia: um breve exame sobre a circulação dos impressos

The book order at the Impressão Regia Bookstore: A brief study of the circulation of printed materials

André Pequeno dos Santos¹

RESUMO

Instituída pelo alvará de 24 de dezembro de 1768, a Impressão Régia transcendeu a mera função tipográfica. Sua fundação visava também à intermediação e ao controlo da circulação literária por meio da venda de livros, regulando tanto a produção quanto a comercialização de obras. O presente artigo examina a loja de livros da Impressão Régia a partir de um estudo de caso específico: uma encomenda particular de 765 títulos, predominantemente italianos, procedentes da Inglaterra. Pretende-se desvendar o que este inventário revela sobre autores e proveniências, determinar em que medida tais obras integravam os circuitos de

1 Bolseiro de doutoramento do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, no grupo de Sociabilidades e Práticas Religiosas (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>), doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto *As bibliotecas dos beneditinos portugueses: Práticas em comum e diferenças na formação dos acervos e no desenvolvimento das salas de livros a partir dos catálogos de 1769 e dos Estados de Tibães*, com o identificador: <https://doi.org/10.54499/UI/BD/154349/2023>. <https://orcid.org/0000-0002-1222-0102>; pequeno.valdivia@gmail.com.

comunicação do século XVIII e, por fim, avaliar como refletem as diretrizes da Impressão Régia e a atuação dos seus agentes.

PALAVRA-CHAVE

Impressão Régia; Livraria da Impressão Régia; Circulação de Livros; Comércio Literário

ABSTRACT

Instituted by the charter of December 24, 1768, the Impressão Régia transcended the mere function of a printing house. Its foundation also encompassed the mediation and control of literary circulation through the sale of books, regulating both what was published and what was commercialized. The present article aims to examine the Impressão Régia's bookstore based on a specific case study: the analysis of a particular order of 765 titles, predominantly Italian, originating from England. This study seeks to uncover what the book list reveals about the authors, titles, and provenances of the works; determine the extent to which these works were inserted into the literary communication circuit of the 18th century; and, finally, evaluate the degree to which they reflect the guidelines and characteristics of the Impressão Régia itself and its agents.

KEYWORDS

Impressão Régia; Impressão Régia's Bookstore; Book Circulation; Book Trade

A CRIAÇÃO DA IMPRESSÃO RÉGIA, A SUA FUNDAMENTAÇÃO E OS ELEMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA SUA LIVRARIA

Criada pelo alvará de 24 de dezembro de 1768, a Impressão Régia constituiu um marco no primeiro ciclo de reformas do reinado de D. José I, sob a égide de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo. Tal movimento buscava a modernização da cultura, da educação e das ciências, em sintonia com o Despotismo Esclarecido europeu, enquanto paralelamente visava extinguir a influência da Companhia

de Jesus. Nesse contexto, além da fundação da Aula do Comércio (1759) e do Real Colégio dos Nobres (1761), procedeu-se à reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra (1772) e à reorganização do sistema de vigilância literária com a criação da Real Mesa Censória (alvará de 5 de abril de 1768).

Nesse cenário, a Impressão Régia surgia então «como resposta de um período cultural de intensa ruptura com as tradições intelectuais da Antiguidade, com o passado cultural próximo, com o instituído, com a revelação transcendente, num esforço de estabelecer uma nova constituição do espaço mental»².

Não cabe nos objetivos deste trabalho detalhar os antecedentes que influenciaram ou promoveram a formação deste novo aparato de controlo e circulação de papéis — e, por conseguinte, de ideias — sob o abrigo de uma Ilustração ressignificada para os fins do Trono e do Altar. Alguma literatura já foi dedicada ao tema, nomeadamente no que toca ao impacto das transformações culturais e políticas do século XVIII, indissociáveis do contexto religioso³. Por outro lado, parece-nos coerente tecer algumas considerações sobre o edital de criação da Impressão Régia e o aparato que lhe era correlato; tal documento oferece um vislumbre preciso dos seus objetivos, da sua proposta organizacional, das linhas de funcionamento e da estrutura de pessoal.

No seu documento fundacional — o referido alvará de 24 de dezembro de 1768 —, evoca-se, antes de tudo, o carácter útil e respeitável que tal empreendimento pretendia reivindicar, nomeadamente pela «perfeição dos Caracteres, e pela abundância, e asseio de suas impressões»⁴. Para garantir o seu pleno funcionamento, estabeleceu-se a nomeação de um Diretor-Geral, com rendimento anual de

2 Imprensa Nacional, *Imprensa Nacional: Actividade de uma Casa Impressora...*, 1975, pp. 17-18.

3 Cf: Imprensa Nacional, *Actividade de uma casa...* pp. 17-52, cuja *Introdução* oferece um quadro panorâmico dos aspectos cultural e político de Portugal no século XVIII, e que ainda hoje nos parece a melhor referência e ponto de partida para os estudos da Impressão Régia; José Vitorino Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa: subsídios para a sua história, 1768-1912*, Lisboa, 1912.

4 Alvará, 24 de dezembro de 1768..., p. 374.

600\$000 réis, de um Deputado «que será dos que se acharem em actual exercicio na Junta do Commercio, ou em qualquer das Companhias dos Estados do Grão Pará, ou Pernambuco, ou que já o tiverem sido»⁵ (com ordenado anual de 300\$000 réis) e de um Administrador da Oficina, obrigatoriamente um mestre-impressor de reconhecida capacidade, cujos rendimentos alcançariam os 500\$000 réis.

Estes eram, portanto, os principais responsáveis pela hierarquia administrativa da Impressão Régia. Segundo o alvará, deveriam reunir-se em «Conferencia em huma das tardes de cada semana», em dia fixo a se determinar, ocasião em que «alli se tratará, e dará conta de tudo o que tiver acontecido desde a Conferencia antecedente, e se darão todas as disposições para a direcção, governo, e bom acerto da Impressão», prevalecendo o que fosse decidido pela maioria dos votos⁶.

O primeiro Diretor-Geral da Impressão Régia foi o livreiro italiano Nicolau Pagliarini, nomeado em 29 de dezembro de 1769. Oriundo de uma família de livreiros toscanos estabelecidos em Roma, Pagliarini mantinha, à época da sua nomeação, uma tipografia de relativo destaque naquela cidade, em sociedade com o seu irmão, também livreiro, Marco. Contudo, a sua relação com Portugal antecedia a sua nomeação: «A família desenvolvia desde 1745 trabalhos associados à Coroa portuguesa, que os ligavam à instituição da Academia Litúrgica Conimbricensis, associada aos cônegos regulares de Santo Agostinho, de que os Pagliarini seriam os impressores oficiais em 1747»⁷. Além disso, Nicolau esteve envolvido na embaixada de D. Francisco de Almada e, entre os anos de 1751 e 1753, os irmãos foram os impressores de Luís António Verney, publicando as obras *Apparatus ad philosopham et theologiam* e *De re logica*⁸.

5 Ibid., p. 374.

6 Ibid., p. 375. Em caso de discordância entre os votantes, organizados em Conferência, a questão seria apresentada em escrito à Junta de Comércio para que então fosse encaminhada a presença real.

7 Lisboa, João Luís. *Impressores nas origens da Impressão Régia...*, 2019, pp. 38-39.

8 Ibid, p. 39.

O Administrador da Oficina, por seu turno, era o experiente impressor Miguel Manescal da Costa. À semelhança de Pagliarini, Manescal da Costa descendia de uma linhagem de profissionais da tipografia e acumulava uma longa trajetória, de pelo menos três décadas, na execução de variados gêneros de obras. Para iniciar as atividades em março de 1769, trouxe consigo uma equipe composta por quatro compositores, três impressores e três ajudantes (ou batedores). No final desse mesmo ano, a Impressão Régia já operava em plena marcha, contando com um corpo de 23 funcionários⁹.

O quadro de pessoal da Impressão Régia incluía ainda um Escriturário (ou Guarda-Livros), responsável por toda a contabilidade, a produção e organização da documentação administrativa da instituição¹⁰, um segundo Administrador, também mestre-impressor, dotado das «precisas qualidades para bem suprir a falta do primeiro nos seus impedimentos»¹¹, sem contar os oficiais mecânicos e demais operários indispensáveis ao funcionamento dos prelos e à composição dos caracteres. Neste corpo técnico, o Abridor de Estampas assumia um papel de relevo: era o responsável não apenas pela criação dos ornatos e pela «obrigação de abrir todas as que forem necessarias para a Impressão», mas também pela instrução contínua dos aprendizes¹².

A Fábrica de Caracteres, por sua vez, outrora vinculada à Junta do Comércio, foi incorporada à Impressão Régia já em 1769, juntamente com as fábricas de cartas de jogar e de papelões. Essa unificação garantiu à Officina Tipográfica o «exclusivo do fabrico e venda de

9 Queiroz, Maria Inês; Ferreira, Diogo (orgs.). *250 anos da Imprensa Nacional...*, 2019, p. 4.

10 Este deveria ser um quadro formado pela Aula do Comércio e «com boa reputação». Para o Guarda Livros seriam auferidos 240\$000 réis Ibid., p. 375.

11 O seu rendimento, por outro lado, seria de 250\$000 réis, precisamente a metade do Administrador principal. Ibid., p. 375.

12 O Abridor de Estampas teria um vencimento anual de 400\$000 réis, mais bonificação de 40\$000 réis para cada discípulo que ensinar «e appresentar Mestre, com attestação jurada da Conferencia, depois de precederem os exames necessarios». Além disso, os aprendizes venceriam 100 réis diários, mais 200 réis «á proporção do seu merecimento, e conseguindo a attestação refereida, se lhe dará de mil réis». *Imprensa Nacional*, op. cit., p. 375.

cartas de jogar, cujas receitas permitiram suportar boa parte das despesas da tipografia nas décadas seguintes»¹³.

Os três administradores – que, conforme o alvará, compunham a Conferência – ficavam encarregados de adquirir uma «Officina Typografica das melhores, que poder achar», a qual, somada à «grande quantidade de Letra, que se acha feita na Fabrica» daria início ao estabelecimento¹⁴. Cabia também à Conferência a aquisição da principal matéria-prima deste novo empreendimento: o papel. Este era, reconhecidamente, o insumo que mais influía no custo final de produção dos livros e, muito possivelmente, a maior fonte de preocupação dos agentes diretamente envolvidos na cadeia de produção dos livros e dos impressos, em geral¹⁵.

A Conferência - formada pelo Diretor-Geral, o Deputado (Tesoureiro) e o primeiro Administrador – detinha, inclusive, prerrogativas quanto à impressão dos papéis. Esse conselho poderia «mandar imprimir de novo, ou reimprimir outras obras, que bem lhe parecer, para poder vender por conta da Impressão», operando, para tanto, «sem privilégio algum; mas de modo ordinario, como o faz qualquer Impressor»¹⁶. Tais decisões dispensavam autorização prévia por parte do monarca, o que conferia agilidade à gestão da casa e assegurava certa autonomia aos seus administradores.

A rentabilidade da Impressão Régia, já assegurada pelo privilégio exclusivo na produção de cartas de jogar, era reforçada pelas encomendas de instituições oficiais, como a Diretoria-Geral de Estudos, a Universidade de Coimbra e o Real Colégio dos Nobres. Além disso, a

13 Queiroz, Maria Inês; Ferreira, Diogo, op. cit., p. 5.

14 Ibid., p. 376.

15 Febvre e Martin, acertadamente, situam a extrema dependência da atividade tipográfica ao papel enquanto matéria-prima de suporte. De facto, todo um capítulo - o primeiro - da seminal obra *O Aparecimento do Livro* é dedicado às implicações técnicas e materiais na composição e produção do papel (a questão preliminar, segundo os autores) na Europa, principalmente a partir de uma demanda crescente pós-Gutenberg. Cf. Febvre, Lucien; Martin, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*, 2017, pp. 75-95.

16 Imprensa Nacional, op. cit., p. 376.

receita era complementada por serviços prestados a «outras quaesquer Comunidades, ou Pessoas particulares», que pagariam à Impressão «os justos, e moderados preços, que forem regulados em Conferencia»¹⁷.

Na estrutura formal da Impressão Régia, figurava também o Livreiro. Este agente, em meados do século XVIII, desempenhava um papel versátil, visto que as fronteiras do seu ofício ainda não estavam de todo delineadas, podendo englobar as tarefas de impressor, editor e encadernador¹⁸. No quadro funcional da instituição, ele era o principal responsável pelas encadernações, devendo ser um profissional de reconhecida competência e mestre no seu ofício, capaz de formar aprendizes e, consequentemente, novos encadernadores. Contudo, as suas atribuições não se esgotavam na oficina; cabia-lhe, igualmente, servir ao monarca na organização e desenvolvimento da sua Real Biblioteca, «vencendo por tudo os respectivos preços, e justo valor de suas obras»¹⁹.

Sobressai, contudo, a atribuição conferida ao Livreiro de «fazer tratar da grande Livraria, que precisamente estará sempre em ser». Este trecho impõe um questionamento: que grande livraria, exatamente, o documento se refere? É possível que se trate do fenómeno que Artur Anselmo classificou como um «semantismo da época»²⁰, em que o termo *livraria* era frequentemente empregado como sinónimo de biblioteca? Todavia, como o parágrafo décimo terceiro do alvará já confia ao Livreiro o provimento da Real Biblioteca, a menção a uma «grande Livraria» permite levantar outras hipóteses. Estaria o texto aludindo à biblioteca em formação da Real Mesa Censória, ou referia-se, talvez, ao próprio estoque permanente e dinâmico da Loja da Impressão Régia?

Com efeito, a designação «livraria» poderia aludir à própria Loja da Impressão Régia, cujo catálogo extrapolava a produção interna ao incluir obras de tipografias congêneres e títulos provenientes de

17 Ibid., p. 376.

18 Anselmo, Artur. *Livros e mentalidades*, 2002, pp. 68-69.

19 Ibid., p. 376.

20 Artur Anselmo, *A Imprensa Nacional no Contexto da Reforma Pedagógica Setecentista*, 2019, p. 25.

prelos estrangeiros. Este braço comercial consolidou-se como um pilar de estabilidade financeira para a instituição — que já detinha o monopólio de impressão da legislação oficial²¹ —, operando como um espaço de produção e, simultaneamente, de circulação de impressos realizada sob rigorosa vigilância. Tal controle, para além da sua natural raiz institucional, era também tutelado pela Real Mesa Censória, cujas competências de fiscalização e censura garantiam o alinhamento ideológico do que se pretendia imprimir e publicar no Reino.

Contudo, impõe-se questionar: qual era a composição efetiva deste acervo? Para além da natureza institucional, quais autores, géneros e tendências editoriais definiam o seu perfil comercial? E quem seriam os agentes intermediários que dinamizaram este mercado? Estas são as premissas que orientarão a análise das secções seguintes.

A LOJA DE LIVROS DA IMPRESSÃO RÉGIA

Recorremos, novamente, à Artur Anselmo para identificar o diploma que determina a criação da loja de livros da Impressão Régia, situada na Praça do Comércio, em Lisboa. Trata-se do decreto de 7 de abril de 1769, documento fundacional cuja relevância para a compreensão da estratégia comercial da instituição justifica a sua transcrição no presente artigo:

Sendo justo e necessario que a Impressao Regia, que foi estabelecida pelo meu alvara de vinte e quatro de dezembro do ano proximo passado, nao falte, a beneficio da sua conservacao e aumento, uma das principais providencias que sustentam as Reais Oficinas Tipograficas das Cortes de Paris, Napoles e Turim: Sou servido que na Real Praca do Comercio se estabeleca uma competente logem, em que sejam vendidos os livros que sairem

21 Ibid., pág. 25.

da sobredita Impressao Regia, com um Commissario da Administracao dela. A qual hei por bem que esta estabeleca correspondências com as pracas da Europa que julgar mais proprias, para a elas remeter os livros que fizer estampar e receber, em retorno deles, os que lhe forem ofertados em catalogos formados com aprovação da Real Mesa Censoria, sendo este o meio mais eficaz para os livros da sobredita Impressao Regia terem mais facil consumo e fazerem mais conhecidos na Europa as Obras Portuguesas. A Junta do Comercio destes Reinos e seus Dominios o tenha assim entendido e faca executar, ficando nela este decreto em segredo. Salvaterra de Magos, em sete de abril de mil setecentos sessenta e nove. Com a rubrica de Sua Majestade.

Caetano Jose de Souza²²

O decreto de 7 de abril de 1769 não apenas institui a criação de uma loja de livros como estratégia adicional de sustentação e expansão patrimonial da Impressão Régia, mas também emula modelos institucionais europeus, evocando explicitamente as experiências das Reais Oficinas Tipográficas de Paris²³, Nápoles²⁴ e Turim²⁵. Nesse cenário, o intercâmbio comercial de impressos fez-se necessário para estabilizar uma balança comercial sintonizada com o circuito de

22 Anselmo, A Imprensa Nacional..., p. 26. A despeito das buscas realizadas em fontes primárias, a consulta ao *Suplemento à Collecção da Legislação Portuguesa (1763-1790)* revelou uma imprecisão técnica no índice remissivo: a entrada para o decreto de 7 de abril de 1769 remete, equivocadamente, a um diploma distinto, também relativo à Impressão Régia, mas focado na publicação de autores nacionais pelo Real Colégio dos Nobres. Por tal razão, recorreu-se à transcrição de Artur Anselmo, ante a ausência de correspondência direta na referida compilação legislativa.

23 A *L'Imprimerie Royale* foi criada em 1640 pelo Cardeal de Richilieu para promover as publicações de qualidade úteis à Coroa, ao progresso da religião e ao avanço das letras em França. Entre as suas prerrogativas, constavam as publicações da Casa Real, atas de concílios e algumas obras particulares.

24 A Reale Stamperia di Napoli foi criada em 1748, sob influência de Carlos III, e instalada no Pallazo Reale di Napoli. Cf: Mansi, Maria Gabriella; Travaglione, Agnese. *La Stamperia Reale di Napoli, 1748-1860*, Napoli, Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele III, Napoli, 2002.

25 A Stamperia Reale di Torino, por sua vez, foi fundada em 1740, sob o patrocínio da Casa de Saboia. Cf.: A. Bima, et. al. *La stamperia reale di Torino e le tecniche di stampa del Settecento Casa del Conte Verde, settembre-novembre*, Citta di Rivolli, 2003.

comunicação do livro em expansão na segunda metade do século XVIII - processo este já examinado, ainda que em boa parte sob a ótica dos livros piratas e proibidos, por Robert Darnton²⁶. Em todo o caso, este intercâmbio comercial servia à atualização bibliográfica do Reino perante a produção estrangeira e, simultaneamente, permitia projetar a produção ilustrada portuguesa no exterior. Tal dinâmica operava, invariavelmente, sob a tutela vigilante da Real Mesa Censória, cujos catálogos demandavam aprovação prévia.

A administração da loja de livros da Impressão Régia, ao menos nos seus primeiros anos, recaiu sobre Francisco de Paula da Arrabida. Embora a historiografia ainda careça de maiores esclarecimentos sobre a sua trajetória profissional anterior ao cargo, o *Catalogo de livros que se vendem por seus justos preços na loge da Impressão Regia sita na Praça do Commercio*, publicado em 1771, revela a estatura do seu negócio e da sua rede de contactos. Arrabida é apresentado – ou se faz apresentar – como um agente mercantil de vulto, «o qual tem correspondencias estabelecidas em Itália, França, Hollanda, Alemanha e Inglaterra»²⁷ e que com todo o cuidado «dará cumprimento ás encomendas, que se lhe fizerem»²⁸. Para tanto, os interessados deveriam submeter uma relação das obras pretendidas, garantindo-se que o administrador as «poderá com toda a brevidade, e conveniência alcançallos»²⁹.

26 As dinâmicas de intercâmbio comercial entre livreiros são estudadas em seu pormenor em *A Literary tour de France*, obra que acompanha o percurso de um *commis voyageur*, ou agente comercial, da *Société Typographique de Neuchâtel* (STN), Jean-François Favarger. O agente empreendeu uma jornada por algumas das cidades provinciais francesas à cata de bons negócios para os seus superiores da STN. Nessas ocasiões, eram recorrentes as permutas de catálogos e a utilização de um intrincado sistema de pesos e medidas – tradicionalmente estipulados por resmas de papel – para determinar os volumes a serem negociados. Estes elementos, somados às imposições das *Chambres syndicales* e ao aparato de vigilância da *Direction de la Librairie* para obstruir o trânsito de contrafações, constituíam os desafios operacionais que Favarger deveria gerir para servir aos interesses da STN. Cf.: Robert Darnton, *A Literary Tour de France*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

27 Impressão Régia, *Catalogo de livros que se vendem por seus justos...*, 1771, p. II.

28 Ibid., p. II.

29 Ibid., p. II

O catálogo de 1771, o primeiro a ser lançado, inaugurou a atividade da Loja, estabelecendo, por meio de um «Aviso ao Público», o compromisso de atualização semestral com «hum Supplemento deste Cathalogo, para que as Pessoas de letras tenham noticia dos Livros novos, que chegarem de fora, e do mais interessante, que se imprimir na Impressão Régia»³⁰.

Resta questionar, efetivamente, o que compunha o rol do «mais interessante» comercializado pela Loja da Impressão Régia. Paradoxalmente, uma boa quantidade de livros proibidos, ou ainda obras associadas ao movimento iluminado e liberal, mas que não estavam, necessariamente, implicadas no grupo das obras interditas³¹. Todavia, a aquisição destes títulos era estritamente regulada, sendo facultada apenas a indivíduos que possuíssem a licença especial emitida pela Real Mesa Censória³². Para além do material sob interdição, a Loja oferecia um sortimento notavelmente eclético, consolidando o seu posicionamento destacado no epicentro do circuito comercial dos impressos em Portugal.

O catálogo estruturava-se em torno de grandes eixos do saber setecentista, a saber: Teologia e Religião: compreendendo desde edições políglotas da Bíblia e patrística até tratados de teologia dogmática e ascética; Direito: com forte incidência em jurisprudência civil e canónica; Filosofia e Ciências: filosofia (racional e moral), matemática, astronomia, geografia, música, agricultura e áreas como a

30 Ibid., p. II.

31 DeNipoti faz um exame da circulação destes papéis a partir de duas perspetivas: numa primeira, a destacar o circuito internacional de leitura da qual Portugal fez parte, valendo-se da influência de agentes literários franceses então instalados em Portugal e procedentes, em sua maioria do Delfinado. Em um segundo momento, analise o mercado sob a lente da circulação de uma rede alternativa em que se faziam circular edições piratas e proibidas, tipicamente associadas ao pensamento ilustrado e liberal que fermentavam as discussões nos cafés, parques e livrarias da França no pós-Revolução. Cf.: Claudio DeNipoti, Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 26, pp. 431-448; Claudio DeNipoti, O embaixador; o livreiro e o policial: circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, pp. 129-150.

32 Ibid., p. I.

medicina, anatomia, botânica e história natural; Artes: pintura, escultura e arquitetura; História: história profana, história literária, história dos tratados de paz, dos príncipes e reis da Europa, história antiga e moderna; Filologia: os clássicos da Antiguidade (grega e romana), poetas modernos, gramáticas e dicionários.

Este acervo era complementado por uma vasta listagem de livros «para uso das Escolas dos Reinos, e Dominios de Portugal», bem como de «Leis, Alvarás, Obras, e outros papéis impressos com Privilegio na Regia Officina Typografica até o mez de Dezembro de 1770»³³. A inclusão desses manuais escolares e documentos oficiais reafirma a simbiose entre o projeto mercantil da Loja e a agenda política do Estado, que centralizava na Impressão Régia tanto a formação da juventude quanto a publicidade dos atos régios.

Dentre a vasta oferta de publicações, o nosso foco agora desloca-se para a análise das aquisições da Loja da Impressão Régia no mercado externo. Conhecer as obras então encomendadas – ainda que represente uma fracção do todo – constitui uma evidência fundamental para determinar os rastros da circulação livreira e, por extensão, os gostos potenciais do público leitor. É precisamente esta relação de obras, oriundas de diversos centros editoriais e submetidas à exigente fiscalização da Real Mesa Censória, que passaremos a examinar.

A CIRCULAÇÃO DE LIVROS E O HUMANISMO ITALIANO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Entre os muitos documentos cuidadosamente organizados no fundo da Real Mesa Censória, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, destacam-se oito caixas - cx. 165 a cx. 172³⁴ -, que reúnem um

³³ Ibid. p. III.

³⁴ Por desmembramento, estaríamos a partir da secção B, Secretaria da Censura, subsecção F, Controlo dos livros em circulação, série 3, Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na

expressivo conjunto de catálogos submetidos às Alfândegas, à Casa de Revisão ou à Secretaria da Mesa. Tais documentos apresentam listagens de livros oriundos dos mais diversos centros editoriais, e cuja circulação dependia do cumprimento estrito das normas vigentes. Com efeito, o Regimento da Real Mesa Censória - precisamente no seu capítulo IX, *Da Jurisdição da Mesa* – estabelecia com clareza os protocolos de fiscalização impostos no controlo e circulação dos muitos tipos de papéis que se pretendiam fazer publicar em Portugal. Para a compreensão dessa mecânica de controle, cumpre evocar três das suas alíneas fundamentais:

3. Terá particular inspecção sobre todos as Livrarias dos Meus Reynos, e Dominios, publicas, e privadas, ou sejam de Comunidades, e Corporaçoes, ou de qualquer Pessoas particulares: Para que nelles se não retenhaõ contra os Assentos do Exame Geral da Mesa, nem introduzam e novo Livros prohibidos, sem permissaõ da mesma Mesa: E para que as ditas Comunidades, e Pessoas a que ella a tiver concedido para reterem Livros prohibidos, o tenham sempre com o resguardo que lhe for ordenado.

4. A mesma inspecção terá sobre todas as Officinas de Imprensas, Logens, e Armazens de Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros, para que nellas se não imprimam, retenham, e encadernem, vendam ou dellas se divulguem, ou espalhem ao publico por qualquer titulo que seja, Livros, Obras, ou Papeis manuscriptos ou impressos, que não sejam examinados, e approvados pela sobredita Meza.

5. Para melhor conseguir este util fim, e para mayor segurança da fidelidade dos cathalogos, que se lhe deveraõ apresentar, poderá a Mesa sempre q o julgar conveniente vizitar por algum dos seus

Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa, sendo o seu código de referência PT/TT/RMC/B-F/003, distribuídas a partir das caixas 165 até 172.

Deputados, ou mandar vizitar por qualquer dos Meus Ministros, [passando-lhes para isso as Ordens competentes] todas as referidas Livrarias das Comunidades, e Pessoas particulares, e as ditas Officinas de Imprensas, Logens, e Armazens de Livreiros e Mercadores de Livros, e mandar-lhes dar busca; e da mesma sorte a qualquer outra Caza, e lugar suspeito, e indicado de Impressão ou retenção do mesmo genero de livros³⁵.

Como se depreende das alíneas citadas, as visitas de inspecção constituíam-se como elemento fundamental na estrutura de controlo e vigilância da Real Mesa Censória, complementando, de facto, às atividades de censura promovidas pelos deputados, sempre ciosos em interditar as obras proibidas ou minimamente suspeitas de sedição. Sob o rigor do texto fundamental da Mesa, a vigilância assumia um carácter universal: de livreiros e impressores, a particulares e ordens religiosas, todos os que importavam livros estavam sujeitos a malha fina da Real Mesa para averiguação oficial.

Um caso ilustrativo, registado na Alfândega do Porto, envolveu o professor de «Chirurgia desta cidade», António Moreira Pitada. Os volumes a ele destinados, provenientes de Londres, totalizavam treze itens úteis ao seu ofício médico, sendo todos impressos na língua inglesa³⁶. Já a encomenda do Desembargador José Carvalho de Andrade, oriunda da Bahia, revelou-se mais robusta, preenchendo oito páginas do catálogo examinado pela Real Mesa. O registo, no entanto, apresentava uma ressalva: o Desembargador subtraía

35 ANTT, Real Mesa Censória, *Regimento da Real Mesa Censória, Título IX – Da Jurisdição da Meza*, cx. 1, s.n. [as páginas não constam numeradas]. Disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/a1c24c0f4fa54eba9c3392e31a933aca>.

36 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 4 (a organização numerada dos documentos não consta na organização dos maços na caixa. Procedemos com a sua classificação seguindo apenas o critério sequencial dos catálogos).

parte dos livros, justificada pela nota «que la deo», indicando que tais volumes haviam sido doados e permanecido na Bahia³⁷. Frei Manuel do Cenáculo - já então reputado como grande bibliófilo e primeiro presidente da Real Mesa Censória - teve retidos o que parecem ser três tomos de uma edição in-4 da *História Literaria de Espanha*³⁸. Por seu turno, José Antonio de Sousa teve os seus livros retidos na Casa da Revisão: algumas Conclusões de Filosofia, uma História dos Reis da França, um volume das obras de Hipócrates – nada, enfim, que justificasse sua retenção definitiva. Por tal razão, ao pé da página rubricava-se: «Entregue-se todos. Bispo P.». Esta mesma rubrica, por sinal, verifica-se nos exemplos supracitados e na vasta maioria dos documentos examinados no presente fundo.

Contudo, os principais destinatários dessas remessas – seja pela frequência das solicitações, seja pelo volume médio de exemplares adquiridos – eram os mercadores de livros. Entre eles, destacam-se os catálogos pertencentes aos Borel³⁹, a João Baptista Reycend⁴⁰, e a Francisco Rolland, sendo algumas das suas encomendas procedentes de Paris⁴¹, do Rio de Janeiro⁴² e de Itália⁴³. Invariavelmente, encomendas semelhantes acabavam por chegar às mãos de Francisco de Paula da Arrabida. Uma remessa em particular, todavia,

37 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, doc.16.

38 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, doc.28.

39 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, doc.55.

40 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 166, docs. 17 e 19.

41 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 30.

42 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc.24.

43 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc.25.

sobressai pela sua magnitude: o «Rol de livros, q vieram de Londres em 14 Ballas com Marca P. N.1-14, sobre o Navio Duchess of Manchester, para Francisco de Paula d'Arrabida, Adm.or da Loja de Livros da Impressão Regia»⁴⁴. Estas «14 Ballas» acondicionavam 765 livros, distribuídos por um catálogo de 25 páginas, o qual foi integralmente deferido sem qualquer discriminação.

Adicionalmente, Arrabida recebeu da Holanda uma leva de livros consideravelmente menor, que se distinguiu por não ter a Loja como destinatária exclusiva: parte destes volumes destinava-se diretamente à Real Biblioteca de D. José⁴⁵. A documentação registra ainda outras aquisições em menor escala, como a relação de 13 livros - edições latinas e francesas sobre temas diversos – aportados de França, a bordo do navio Sirene⁴⁶. Nicolao Pagliarini, então Director-Geral da Impressão Régia, foi igualmente o destinatário de um caixote com livros provenientes de Génova⁴⁷. Contudo, nenhuma destas remessas se aproxima, em escala ou diversidade, do vultoso carregamento de 765 itens transportado pelo *Duchess of Manchester*.

Ao decifarmos as entradas – muitas vezes abreviadas e/ou incompletas – dos itens, foi possível recuperar um volume significativo de dados. Consequentemente, procedeu-se à identificação inequívoca de títulos, autores, locais de publicação, impressores e línguas. Tal levantamento revelou uma dimensão temática plural, orientada, contudo, por correntes e temas específicos. Sobressai, neste cenário, a provável influência de Nicolau Pagliarini; embora a extensão

44 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 11.

45 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc.12. Infelizmente não temos como saber concretamente quais os livros foram destinados à livraria real.

46 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 13.

47 ANTT, Real Mesa Censória, *Catálogos de livros retidos nas Alfândegas, na Casa da Revisão e na Secretaria da Mesa*, cx. 165, doc. 9.

da sua intervenção direta ainda careça de debate historiográfico, a sua posição na cúpula administrativa da Impressão Régia sugere que o catálogo reflete, em larga medida, o seu perfil como agente cultural e livreiro.

Da totalidade de 765 livros provenientes de Inglaterra, identificou-se 660 títulos, o que corresponde a 86,27% do conjunto. O remanescente das entradas foi classificado segundo o seu grau de rastreabilidade: 64 títulos (8,3%) obtiveram identificação parcial⁴⁸, 26 entradas revelaram-se inconclusivas⁴⁹ (3,39%) e 15 itens (1,96%) não puderam ser localizados devido à natureza ambígua ou excessivamente lacunar dos seus registos. É fundamental sublinhar que a impossibilidade de localização não pressupõe a inexistência física do espécime; tais resultados evidenciam, antes, os limites da investigação e a complexidade de lidar com referências que frequentemente apresentam lapsos tipográficos, cronológicos ou abreviaturas que desafiam a rastreabilidade bibliográfica⁵⁰.

Para além da identificação bibliográfica, o universo de títulos rastreáveis permitiu a análise do formato das edições. Essa distribuição revela uma predominância de volumes de maior porte, conforme se observa: Edições *in-quarto*: 411 exemplares (53,7%); Edições *in-folio*: 161 exemplares (21,4%); Edições *in-octavo*: 138 exemplares (18,0%); Edições *in-duodecimo*: 20 exemplares (1,56%); Entradas com formato não identificado: 35 (4,57%).

48 A identificação parcial ocorreu quando não foi possível determinar com precisão o ano e/ou local de impressão da obra.

49 Por inconclusiva leia-se qualquer entrada cujas indicações não permitiram identificar e/ou relacionar autor e obra, independente das dúvidas relativamente ao ano de publicação e local de impressão.

50 Neste caso, cabe ressaltar que para a identificação das entradas dos itens então adquiridos pela loja da Impressão Régia, foram utilizados os catálogos da *WorldCat*, da BNP, mas, principalmente, o da *Biblioteca Nazionale Centrali de Roma*, o catálogo da *Edit16*, projeto centrado nas edições italianas do século XVI, e o *Archivi del Rinascimento*.

Embora esta encomenda não esgote a totalidade das aquisições da Loja da Impressão Régia, os dados revelam uma clara prevalência de obras em formato *in-quarto*, que perfazem mais da metade do conjunto identificado. Seguem-se, com peso expressivo, as edições *in-folio* (cerca de 21%), mantendo uma proporção próxima das edições *in-octavo* (18% das aquisições). O formato *in-duodecimo*, mais prático e compacto, demonstra um baixo índice de procura, com apenas 20 títulos rastreáveis, correspondendo a meros 1,56% dos formatos encomendados. Por fim, acreditamos que a inclusão das 35 obras sem identificação de formato dificilmente alteraria o quadro geral apresentado.

O componente linguístico também apresenta dados curiosos. Na relação de línguas das obras que conseguimos rastrear, temos a seguinte distribuição: latim: 401 títulos (52,41%); italiano: 307 títulos (40,1%); grego: 18 títulos (2,35%); grego e latim: 7 títulos (0,91%); italiano e inglês: 2 títulos (0,26%); latim e inglês: 2 títulos (0,26%); hebraico: 1 título (0,13%); francês: 1 título (0,13%); croata: 1 título (0,13%); sem identificação: 25 títulos (3,26%).

Apesar da ascensão das línguas vernáculas no cenário editorial setecentista, o latim conservava a sua preeminência como língua do saber. A aquisição de 401 obras neste idioma não é, portanto, um dado fortuito; reflete a persistência do latim como veículo de erudição académica e a sua indissociável ligação aos filósofos da Antiguidade e aos vultos do Humanismo, conforme registado no documento analisado. O italiano, por seu turno, impõe-se como a segunda língua mais frequente, com 307 títulos (40,13%), espelhando uma seleção fortemente ancorada no Humanismo dos séculos XV e XVI. O grego surge como o terceiro eixo linguístico, com 18 obras (2,35%), atestando o vigor dos textos clássicos. O remanescente da encomenda distribui-se por edições bilíngues, com destaque para os sete títulos greco-latinos e as raras combi-

nações de italiano e inglês⁵¹, ou latim e inglês. Finalmente, a natureza eclética e internacional desta remessa é selada por entradas singulares em hebraico⁵², francês⁵³ e croata⁵⁴.

A cronologia das edições reforça o caráter erudito e, em certa medida, arqueológico da encomenda. Nesse sentido, a distribuição temporal dos títulos revela o seguinte panorama: Século XV: 18 títulos (2,35%); Século XVI: 237 títulos (30,9%); Século XVII: 153 títulos (20%); Século XVIII: 276 títulos (36,07%); Sem Identificação Precisa: 81 títulos (10,5%).

Ao analisarmos esta distribuição temporal das obras, os contornos de uma encomenda de cariz humanista e erudita ganham nitidez: a soma das publicações impressas nos séculos XV e XVI perfaz um total de 255 volumes (18 e 237 títulos, respetivamente), o que representa, aproximadamente, 33% do volume total. A presença massiva de obras do Século XVIII (36,07%), no entanto, indica um equilíbrio entre a aquisição de clássicos humanistas e o interesse pela produção contemporânea à época da encomenda, ainda que, em muito casos, mesmo para as 153 obras impressas no século XVII, se tratassem de novas edições de autores associados ao movimento humanista em Itália ou ainda a outros autores por eles influenciados.

51 São duas obras de referência do gramático italiano Ferdinando Altieri: *Grammatica Inglese Per Gl'italiani: Che Contiene Un Esatto E Facil Metodo Per Apprendere Questa Lingua; Aggiuntovi Un Vocabulario Italiano Ed Inglese*, uma daquelas edições parcialmente localizadas, podendo se tratar de uma edição de 1754 ou de 1759 (Livorno, Presso Gio. Paolo Fantechi e Compagni, in-8) e o *Dizionario Italiano Ed Inglese* (1726-1727, London, Printed for William and John Innys, in-4).

52 Trata-se de uma edição do *Liber genesis*, sem indicação de autor (1578, Romae, Apud Franciscum Zanetum, in-8).

53 A única obra em francês identificada na remessa de livros adquiridos pela loja da Impressão Régia é, por seu turno, de um autor italiano, o botânico siciliano Paolo Boccano e trata-se da *Recherches et observations naturelles de monsieur Boccone gentilhomme sicilien* (1674, Amsterdam, chez Jean Jansson à Waesberge, in-4).

54 Trata-se do *Kalendar iz missala Rimskoga i spovidanye pravae virrae* do jesuíta Bartol Kašić (1640, Roma, Ex Typographia Sac. Congreg. de Propag. Fide, in-4).

Em todo o caso, a cartografia editorial da encomenda corrobora esta tese: a esmagadora maioria dos títulos adquiridos pela loja da Impressão Régia é de proveniência italiana. De um universo de 71 centros produtores identificados, 48 delas (67,6%) situavam-se nos domínios itálicos. Em termos práticos, dois terços da remessa procediam de uma rede capilarizada da península itálica, superando largamente os demais centros europeus. A dispersão geográfica remanescente distribui-se de forma mais rarefeita: a Alemanha figura com sete cidades (9,85%), seguida pela França com cinco (7,04%) e pelos Países Baixos com quatro (5,63%). Com uma representação residual de 1,40% cada, surgem centros na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Inglaterra, Lituânia e Suíça.

No extenso rol de cidades itálicas, figuram centros como Arezzo, Rimini, Perugia, Bergamo, Bologna, Bracciani, Bréscia, Catania, Cesena, Torino, Cortona, Faenza, Ferrara, Florença, Forli, Livorno, Lucca, Napoles, Trento, Ticini, Modena, Roma e Veneza. Neste conjunto, Roma e Veneza - está última um pilar histórico na difusão da imprensa moderna⁵⁵, em paralelo com o florescimento editorial nos Países Baixos e na Bélgica dos séculos XVI e XVII⁵⁶ - destacam-se como os principais pólos de fornecimento na remessa da Loja da Impressão Régia, contribuindo com 196 e 133 títulos, respetivamente. Adicionalmente, outros centros editoriais, tanto italianos quanto estrangeiros, merecem destaque pela sua contribuição expressiva na encomenda recebida por Francisco de Paula de Arrabida: Bolonha (29 livros), Passau (27 livros), Paris (17 livros), Basileia (14 livros), Hanau (12 livros) e Palermo (11 livros).

A concentração do acervo em torno de pólos editoriais históricos, com destaque para a hegemonia dos centros italianos, constitui um indício robusto da orientação humanista desta encomenda. Tal

55 Harris, Neil. *The italian renaissance book*, 2011, p. 28.

56 Cf: Petegree, Andrew; Weduwen, Arthur der, *The bookshop of the World*, 2020, pp. 121-148.

vocação deixa de ser uma hipótese estatística para se tornar uma evidência material quando passamos ao exame dos autores e títulos identificados, os quais materializam o perfil intelectual deste expressivo lote de livros.

O exame dos 765 títulos encomendados pela Loja da Impressão Régia confirma a densidade do interesse humanista, revelando uma galeria de autoridades que definiram o cânone europeu. O acervo abrange figuras centrais do pensamento humanista italiano, incluindo os filósofos Giovanni Pico della Mirandola⁵⁷, Lorenzo Valla⁵⁸ e Marsilio Ficino⁵⁹. A dimensão literária e estética é igualmente robusta, representada pelos poetas e intelectuais como Francesco Petrarca⁶⁰, Pietro Bembo⁶¹, Baldassare Castiglione⁶² e Jacopo Sannazaro⁶³. A erudição histórica e a teoria da arte ocupam um lugar de destaque com as obras de Giorgio

57 Trata-se da obra *Examen vanitatis doctrinae gentium, et veritatis Christianae disciplinae, distinctum in libros sex, quorum tres omnem philosophorum sectam vniuersim, reliqui Aristotelem et Aristoteleis armis particulatim impugnant, vbicunque autem Christiana et asseritur et celebratur disciplina* (1520, Mirandulae, impressit Ioannes Maciochius bundenius, in-folio).

58 São duas as obras de Valla: *Laurentii Vallensis patritii Romani Historiarum Ferdinandi regis Aragoniae libri tres* (1520, Romae, in aedibus Marcelli Silber alias Franck, in-4) e *Laurentii Valensis ... Opus elegantiarum linguae latinae* (1471, Romae, J.P. de Lignamine, in-folio).

59 Trata-se do *Opuscula Marsilii Ficini Florentini De sole: & lumine libri duo Apologia eiusdem in librum suum De sole: & lumine Catalogus librorum* (1503, Venetiis, per Bernardinum Venetum de Vitalibus, in-4).

60 *Il Petrarca corretto da m. Lodouico Dolce, et alla sua integrità ridotto* (1551, Vinegia, per Domenico Giglio venetiano, in-4).

61 *Della historia vinitiana di m. Pietro Bembo card. volgarmente scritta. Libri XII* (1552, Vinegia, appresso Gualtero Scotto, in-4), *Le prose di m. Pietro Bembo, nelle quali si ragiona della volgar lingua, scritte al cardinal de' Medici, ... Divise in tre libri. In questa nuova edizione unite insieme con le giunte di Lodovico Castelvetro* (1714, Napoli, per Bernardo-Michele Raillard, e Felice Mosca, in-4).

62 *Opere volgari, e latine del Conte Baldessar Castiglione Novellamente raccolte, ordinate, ricorrette ed illustrate, como nella seguente lettera può vedersi, da gio: Antonio, e Gaetano Volpi, dedicate all' eminentissimo e reverendissimo signor Cardinale Cornelio Bentivoglio d'Aragona* (1733, Padova, Presso Giuseppe Comino con licenza de superiori e col privilegio dell' eccellentissimo Senato Veneto, in-4), *Poesie volgari e latine corrette, illustrate, ad accresciute di varie cose inedite, aggiuntevi alcune rime e lettere di Cesare Gonzaga, suo cugino* (1760, Roma, Per Niccolò e Mar. Pagliarini).

63 *Jacobi, sive Actii Synceri Sannazarii, neapolitani, viri patricii, Poemata ex antiquis editionibus accuratissime descripta* (in-8, sendo uma das edições cujo local e ano exato de impressão estão em dúvida).

Vasari⁶⁴, Poggio Bracciolini⁶⁵ e Angelo Poliziano⁶⁶. E, notavelmente, a encomenda inclui também o legado dos grandes impressores-humanistas, como Paolo⁶⁷ e Aldo⁶⁸ Manuzio, Danielle Barbaro⁶⁹, Filippo Beroaldo, o Velho⁷⁰, e Girolamo Zoppio⁷¹. Adicionalmente, a presença de nomes como Scaliger, Angelo Bandini e os Tasso (Torquato e Bernardo) atesta que a Impressão Régia não buscava apenas livros, mas a consolidação de uma biblioteca de referência que unia a raridade de edições do *Quattrocento* à vitalidade das prensas contemporâneas.

Poderia a natureza marcadamente humanista desta remessa estar associada diretamente à figura de Nicolau Pagliarini? Embora as encomendas para a Loja pudessem resultar de pedidos de particulares ou de uma estratégia de mercado para o estoque da Impressão Régia, a influência de Pagliarini revela-se determinante. A evidência reside no fluxo de obras provenientes de Roma, especificamente dos prelos

64 *Ritratti de' pittori, scultori e architetti insigni* (1760, Roma, Per Niccolò , e Marco Pagliarini, in-4), *Vita di Michelagnolo Bonarroti, pittore, scultore, e architetto Fiorentino* (1760, Roma, Appresso Niccolò e Marco Pagliarini, in-4), *Vite de piu eccellenti pittori, scultori e architetti* (1759-1760, Roma, Per Niccolò e Marco Pagliarini, in-4, 3 vols.), *Ragionamenti del signor cavaliere Giorgio Vasari pittore e architetto aretino sopra le invenzioni da lui dipinte in Firenze nel palazzo di loro altezze serenissime* (in-4, cujo ano e local restam dúvidas), *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori* (in-4, 3 vols, cujo ano e local restam dúvidas).

65 *Istoria di m. Poggio Fiorentino. Tradotta di latino in volgare da Iacopo suo figliuolo. Riueduta, e corretta nuouamente per m. Francesco Serdonati, con l'aiuto d'vn testo latino a penna, che è nella libreria de' Medici. Co' sommarij a ogni libro, e con la tauola fatta dal medesimo* (1598, Firenze, per Filippo Giunti, in-4).

66 *L'elegantissime stanze di messer Angelo Poliziano accresciuta d'una canzone, e di varie notizie* (1751, Verona, presso Giuseppe Berno, in-8).

67 *Pauli Manutii Epistolae, et praefationes quae dicuntur* (1558, Venetiis, in Academia veneta, in-8), *Antiquitatum Romanarum liber de Civitate Romana* (1585, Roma, Apud Bartholomaeum Grasssum, in-4).

68 *Vita di Cosimo de' Medici, primo gran duca di Toscana, descritta da Aldo Mannucci* (1586, Bologna, Stampata da Aldo Manuzio il giovane, folio).

69 *La pratica della prospettiva di Monsignor Daniel Barbaro eletto Patriarca D'Aquileia, opera molto vtile a pittori, a scultori, & ad architetti. Con due tauole, vna de' capitoli principali, l'altra delle cose più notabili contenute nella presente opera* (1568, Veneza, appresso Camillo, & Rutilio Borgominieri Fratel, al segno di S. Giorgio, folio).

70 *Varia Philippi Beroaldi opuscula: Declamatio Philippi Beroaldi de tribus fratribus: ebrioso, scortatore et lusore* (1501, Argentinae, s.i., in-4).

71 *La poetica sopra Dante di M. Hieronimo Zoppio* (1589, Bologna, per Alessandro Benacci, in-4).

sob a sua égide e de seu irmão, Marco. Foram identificados, pelo menos, 25 títulos saídos da *Stamperia di Pallade appresso Niccolò e Marco Pagliarini* — um volume superior ao de qualquer outro impressor em toda a relação. Este dado sugere que o Diretor-Geral não apenas administrava o fluxo, mas atuava como o principal fornecedor de um cânone bibliográfico que ele próprio ajudava a editar e difundir.

Em última análise, cumpre reconhecer o potencial que repousa nos arquivos da Torre do Tombo - em especial nos catálogos de livros retidos para fiscalização da Real Mesa Censória. Se analisados em conjunto e cotejados com inventários de livrarias, coleções particulares (como os mais de 3.000 itens fruto do cumprimento do edital de 10 de julho de 1769), testamentos e outros registos de posse, o pesquisador teria em mãos elementos para mapear as teias de um circuito de comunicação nas suas várias dimensões. Se esta documentação não nos revela, de imediato, o ato íntimo da leitura, ela permite-nos, ao menos, reconstruir os horizontes de possibilidade e as linhas de força do que circulava e perfazia os elementos simbólicos da posse de livros.

A Impressão Régia, por seu turno, não se limitou ao prelo. Foi agente ativa neste circuito de comunicação ao imprimir e comercializar edições próprias, importar obras estrangeiras e atuar como intermediária para terceiros, a partir da sua loja de livros. Revelou-se, de facto, uma instituição plenamente sintonizada com a dinâmica do seu século - o século dos livros e de um universo de leitura em profunda efervescência.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ALVARÁ, de 24 de dezembro de 1768, criando a Impressão Régia. Legislação Régia, d. José (1750-1777), Livro 1763-1764, pp. 374-377. Disponível em: <https://legislacao-regia.parlamento.pt/V/1/10/73/p397>

- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Proibição de Livros (1768-1816), Editais de Proibição de Livros (1768-1816), *Regimento da Real Mesa Censória*, cx. 1, s.n. [as páginas não constam numeradas]. Disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/a1c24c0f4fa54eba9c3392e31a933aca>.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 4.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 9.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 11.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 12.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 13.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 24.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 165, doc. 25.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 16.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 17.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 19.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 28.
- ANTT, Real Mesa Censória, Secretaria da Censura, Controlo dos Livros em Circulação (1768-1826), *Catálogos de Livros Retidos (1768-1792)*, cx. 166, doc. 55.

ESTUDOS

- ANSELMO, Artur. A Imprensa Nacional no Contexto da Reforma Pedagógica Setecentista In: FARIA, Miguel Figueira; Vidal, Frédéric (coords.). *Imprensa Nacional: mais de 250 anos de história. O livro, os saberes e o Estado*, Lisboa, Universidade Aberta de Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2019, pp. 17-28.
- ANSELMO, Artur. *Livros e Mentalidades*, Lisboa, Guimarães Editores, 2002.
- DARNTON, Robert. *A literary tour de rance : the world of books on the eve of the French Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

- HARRIS, Neil. The italian renaissance book : catalogues, censues and survival. In: WALSBY, Malcom ; KEMP, Graeme (eds.). *The book triumphant: print in transition in the sixteenth and seventeenth centuries*, Leiden, Boson, Brill, 2011, pp. 26-56.
- IMPRESA NACIONAL, *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora*, 1768-1800, vol. 1, Lisboa, 1975.
- IMPRESSÃO RÉGIA. *Catalogo de livros que se vendem por seus justos preços na loge da Impressão Regia sita na Praça do Commercio pelo seu administrador Francisco de Paula da Arrabida em janeiro de 1771*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1771.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. O aparecimento do livro, 2ª ed., São Paulo, EDUSP, 2017.
- LISBOA, João Luís. Impressores nas Origens da Impressão Régia: Miguel Manescal da Costa e Niccolò Pagliarini, In: FARIA, Miguel Figueira de; VIDAL, Frédéric, *Imprensa Nacional: mais de 250 anos de História. O livro, os saberes, o Estado*, Lisboa, Universidade Aberta de Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2019, pp. 29-44.
- PETTEGREE, Andrew; WEDUWEN, Arthur der. *The bookshop of the world: making and trading books in the Dutch Golden Age*, New Haven, London, Yale University Press, 2020.
- QUEIROZ, Maria Inês; JOSÉ, Inês; FERREIRA, Diogo (Orgs.). *250 Anos da Imprensa Nacional, Uma Breve História*, vol. 1 - A Régia Oficina Tipográfica, Lisboa, Imprensa Nacional, 2020.

